

Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

**Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)**



Atena
Editora
Ano 2019

Jaqueline Fonseca Rodrigues
(Organizadora)

Inovação, Gestão e Sustentabilidade 2

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
158	<p>Inovação, gestão e sustentabilidade 2 [recurso eletrônico] / Organizadora Jaqueline Fonseca Rodrigues. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Inovação, gestão e sustentabilidade; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-405-4 DOI 10.22533/at.ed.054191806</p> <p>1. Desenvolvimento sustentável – Pesquisa – Brasil. 2. Inovação. 3. Tecnologia. I. Rodrigues, Jaqueline Fonseca. II. Série. CDD 509.81</p>
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A edição do e book – **Inovação, Gestão e Sustentabilidade** trazem em sua essência o entendimento sobre o impacto gerado pela unificação destes.

Inovação, Gestão e Sustentabilidade aborda os desafios para as empresas e a sociedade em relação aos problemas ambientais que se inter-relacionam com a questão econômica. No contexto empresarial, a escassez de recursos naturais impõe a seguinte reflexão: Como inovar e ao mesmo tempo otimizar a sustentabilidade das cadeias de valor? Esta obra pretende contribuir para a compreensão desse contexto, apresentando alternativas analíticas e estratégias para as empresas nesse novo cenário socioeconômico, ambiental e inovador.

A preocupação com **Sustentabilidade** pode lançar as questões de **Inovação e Gestão** para um novo e diferenciado patamar, colocando-a, definitivamente, na ordem do diferencial competitivo.

Pode-se observar que tanto a **Inovação**, quanto a **Sustentabilidade** aliadas à processos de **Gestão** podem se tornarem fundamentais para a promoção da competitividade em contextos regionais e globais, bem como representarem a diferença na obtenção de resultados empresariais.

A busca por organizações “**Sustentáveis**” que sejam modelos de eficiência econômica e ambiental vêm sendo o maior desafio em um cenário globalizado e de constante mutação.

O principal destaque dos artigos é uma abordagem voltada para os temas destacados, através da apresentação de mudanças climáticas e as consequências ambientais no meio rural; a **sustentabilidade** e o desenvolvimento da suinocultura com **a gestão** de resíduos sólidos; o agronegócio da soja em mato grosso: explorando as fontes de **inovação** e/ou conhecimento; além da contribuição para que se interprete as relações inovadoras, sustentáveis e econômicas em várias outras pesquisas. a preferência pela escolha efetuada inclui as mais diversas regiões do país e aborda tanto questões de regionalidade quanto fatores de desigualdade promovidas pelo tema em destaque.

Necessita-se destacar que os locais escolhidos para as pesquisas exibidas, são os mais variados, o que promove uma ótica diferenciada da visão **sustentável**, da **gestão** e da **inovação**, ampliando os conhecimentos acerca dos assuntos apresentados.

A relevância ainda se estende na abordagem de proposições inerentes ao Desenvolvimento Regional e Territorial; Gestão da Produção e Inovação, envolvendo Agroecologia, apresentando questões relativas aos processos que buscam gerar diferencial competitivo.

Enfim, esta coletânea visa colaborar imensamente com os estudos referentes ao já destacado acima.

Não resta dúvidas que o leitor terá em mãos respeitáveis referenciais para pesquisas, estudos e identificação de cenários econômicos através de autores de

renome na área científica, que podem contribuir com o tema. Além disso, poderá identificar esses conceitos em situações cotidianas e num contexto profissional.

Jaqueline Fonseca Rodrigues
Mestre em Engenharia de Produção pelo PPGEP/UTFPR

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E RIQUEZA: UMA ANÁLISE À LUZ DA CURVA DE KUZNETS	
Raissa Micaroni Marques Ana Helena Nallin Davinha Andrea Rodrigues Ferro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918061	
CAPÍTULO 2	13
INFLUÊNCIA DO CARRO <i>FLEX-FUEL</i> NO CONSUMO DE ETANOL ANIDRO E HIDRATADO: UMA BREVE ANÁLISE ESTATÍSTICA	
Guilherme Asai Keila Raquel Wenningkamp	
DOI 10.22533/at.ed.0541918062	
CAPÍTULO 3	22
INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL NA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS: POSSIBILIDADES NO SEGMENTO DE CAFÉ	
Jaqueline Carolino Sergio Medeiros Paulino de Carvalho Patrícia Pereira Peralta Vera Lucia de Souza Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.0541918063	
CAPÍTULO 4	34
LEVANTAMENTO ANALÍTICO E QUANTITATIVO NA SEPARAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO MANUAL DE PLÁSTICOS NO MUNICÍPIO DE INHUMAS GO	
João Baptista Chieppe Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.0541918064	
CAPÍTULO 5	40
LEVANTAMENTO DOS ESTUDOS DE <i>FAIR TRADE</i> APLICADOS AO CAFÉ: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO DE 1997 A 2016	
Paulo Fernando Taveira Maselli Sabrina Soares da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.0541918065	
CAPÍTULO 6	57
LOGÍSTICA REVERSA: UM ESTUDO DA VIABILIDADE NOS NEGÓCIOS E MEIO AMBIENTE	
Dayana Lessa Amorim Laerte Corrêa Santos	
DOI 10.22533/at.ed.0541918066	
CAPÍTULO 7	68
METODOLOGIA PARTICIPATIVA TECENDO UMA REDE SOLIDÁRIA	
Kátia Aparecida Santos Alessandra B. Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.0541918067	

CAPÍTULO 8	91
MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA PECUÁRIA LEITEIRA NO PARÁ: UMA APLICAÇÃO DO INSTRUMENTAL ESTATÍSTICO-ECONOMÉTRICO	
André Cutrim Carvalho	
David Ferreira Carvalho	
Raimundo Nelson Souza da Silva	
Gisalda Carvalho Filgueiras	
Carmelita de Fátima Amaral Ribeiro	
Tatiana Pará Monteiro de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.0541918068	
CAPÍTULO 9	107
O COMPROMETIMENTO COMO UM FATOR CRÍTICO DE SUCESSO EM MODELO DE TRADUÇÃO E CONTROLE DA ESTRATÉGIA EM COOPERATIVAS AGROINDUSTRIAIS PARANAENSES	
Reginaldo Ferreira Barreiros	
Roberto Max Protil	
Vilmar Rodrigues Moreira	
Luiz Carlos Duclós	
DOI 10.22533/at.ed.0541918069	
CAPÍTULO 10	129
O PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA (1946-1964) E SEUS IMPACTOS PERCEBIDOS PELOS CENSOS AGROPECUÁRIOS	
Michel Cantagalo	
Carlos Eduardo de Freitas Vian	
DOI 10.22533/at.ed.05419180610	
CAPÍTULO 11	148
PAGAMENTOS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR: A EXPERIÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA VERDE NO ESTADO DE GOIÁS	
Monyele Camargo Graciano	
Klaus de Oliveira Abdala	
Leandro de Lima Santos	
DOI 10.22533/at.ed.05419180611	
CAPÍTULO 12	162
POLÍTICAS PÚBLICAS, COMPRAS SUSTENTÁVEIS E AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL	
Joabe Alves Carneiro	
Adriana Estela Sanjuan Montebello	
DOI 10.22533/at.ed.05419180612	
CAPÍTULO 13	177
POTENCIAIS AGROGEOTURÍSTICOS NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU - ES	
Thaís Bruna Bento	
Daniela Teixeira Carvalho de Newman	
Jaqueline Carolino	
José Albino Newman Fernández	
Paula Vanessa Dias Soares	
Ronielson Xavier de Jesus	
Lucas Medici Macedo Candeias	
DOI 10.22533/at.ed.05419180613	

CAPÍTULO 14 188

POTENCIALIDADES BRASILEIRAS NA INTEGRAÇÃO DE REUSO DE ÁGUA E PRODUÇÃO BIOENERGÉTICA NA VISÃO DE ECONOMIA CIRCULAR

Priscila Mara Knoblauch
Caroline Dalastra
Fábio Spitz Stefanski
Jessica Zanivan
Natalia Klanovicz
Simone Kubeneck
Gilmar Antonio da Rosa
Paulo Reis
Aline Frumi Camargo
Thamarys Scapini
Charline Bonatto
Maria Célia da Silva Lanna
Paula Rogovski
Rafael Dorighello Cadamuro
William Michelin
Aline Viancelli
Helen Treichel
Gislaine Fongaro

DOI 10.22533/at.ed.05419180614

CAPÍTULO 15 204

PRINCIPAIS FATORES DA PRÁTICA DA INOVAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DA INDÚSTRIA DE CELULOSE

Laura Visintainer Lerman
Germen Benjamim Correia
Raquel de Abreu Pereira Uhr

DOI 10.22533/at.ed.05419180615

CAPÍTULO 16 215

RESÍDUOS DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRÔNICOS: CONTRIBUIÇÕES PARA A GESTÃO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR FEDERAL EM BELÉM (PA)

Dryelle de Nazaré Oliveira do Nascimento
Tássia Toyoi Gomes Takashima-Oliveira
Fernanda da Silva de Andrade Moreira
Gustavo Francesco de Moraes Dias

DOI 10.22533/at.ed.05419180616

CAPÍTULO 17 233

RESULTADOS ECONÔMICOS DA ATIVIDADE LEITEIRA DE UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO

Uellington Corrêa
Bruna Pontara Vilas Boas Ribeiro
Marcos Aurélio Lopes
José Willer do Prado
Bryan William Alvarenga Corrêa
Francisval de Melo Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.05419180617

CAPÍTULO 18	246
SISTEMA AGROINDUSTRIAL DO LEITE DE OVELHA NO BRASIL: APLICAÇÃO DO ENFOQUE DE “CADEIAS AGROALIMENTARES CURTAS”	
Fernanda Ferreira dos Santos	
Luciano Brochine	
Rafael Araujo Nascimento	
Rubens Nunes	
Augusto Hauber Gameiro	
DOI 10.22533/at.ed.05419180618	
CAPÍTULO 19	261
INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS COMO ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O CASO DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM NO BRASIL	
Jaqueline Mallmann Haas	
Jairo Alfredo Genz Bolter	
DOI 10.22533/at.ed.05419180619	
CAPÍTULO 20	273
TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONSTRUINDO A INTER-RELAÇÃO CONCEITUAL	
Walter Luiz dos Santos Júnior	
Ricardo Freitas Martins da Costa	
Fábio André Teixeira	
Rafael Silva Guerreiro	
Mateus Henrique dos Santos Diniz	
DOI 10.22533/at.ed.05419180620	
CAPÍTULO 21	285
UMA VISÃO REFLEXIVA DA REALIDADE DO ARRANJO APÍCULA, NA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM UM ESTADO DA AMAZÔNIA LEGAL – RONDÔNIA	
Jose Arilson de Souza	
Emanuel Fernando Maia de Souza	
Wellington Silva Porto	
Alexandre de Freitas Carneiro	
DOI 10.22533/at.ed.05419180621	
SOBRE A ORGANIZADORA	300

TERRITÓRIO, INSTITUIÇÃO E INDICAÇÃO GEOGRÁFICA: CONSTRUINDO A INTER-RELAÇÃO CONCEITUAL

Walter Luiz dos Santos Júnior

Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba,
Minas Gerais

Ricardo Freitas Martins da Costa

Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba,
Minas Gerais

Fábio André Teixeira

Universidade Federal de Viçosa, Rio Paranaíba,
Minas Gerais

Rafael Silva Guerreiro

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,
Minas Gerais

Mateus Henrique dos Santos Diniz

Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,
Minas Gerais

RESUMO: Este trabalho apresenta os conceitos de território, instituição e indicação geográfica com o intuito de verificar se há possibilidade de inter-relacioná-los a partir de possíveis elementos definidores comuns a todos os três. A hipótese levantada é a de que tal inter-relação é passível de comprovação. Com este intuito, utilizamos o território conhecido como Vale dos Vinhedos, no estado do Rio Grande do Sul, para, a partir da análise de suas características constituintes, comprovar a hipótese em tela.

PALAVRAS-CHAVE: Território, Instituição, Indicação geográfica, Vale dos Vinhedos

TERRITORY, INSTITUTION AND GEOGRAPHICAL INDICATION: BUILDING THE CONCEPTUAL INTERRELATION

ABSTRACT: This paper analyzes the concepts of territory, institution and geographical indication related to the field of the economic science. Such analysis intends to verify if it is possible to find some common traces among them in order to construct a possible conceptual interrelation. As an empirical evidence of such possibility the paper describes the experience of a Brazilian territory known as Vale dos Vinhedos which possesses a geographical indication linked to the production of differentiated wines.

KEYWORDS: Territory, Institution, Geographical Indication, Vale dos Vinhedos.

1 | INTRODUÇÃO

Relevante literatura tem sido produzida nos últimos anos com respeito a três conceitos distintos e, aparentemente, sem relação uns com os outros. São eles: território, instituição e indicação geográfica, aqui analisados sob a ótica da Ciência Econômica. O trabalho parte da hipótese de que é possível encontrar elementos comuns em tais conceitos e, a partir daí, inter-relacioná-los. Assim, o objetivo geral do trabalho é identificar os elementos comuns

e, a partir da apresentação e análise de um caso empírico, comprovar a hipótese ora colocada. A metodologia utilizada corresponde à revisão de pequena parte da literatura contemporânea sobre os três conceitos apresentando, de maneira introdutória, não apenas suas definições como também seus principais elementos caracterizadores.

A estrutura do trabalho é composta de cinco seções, além desta introdução. A segunda seção introduz considerações acerca do delineamento do moderno conceito de território, trazendo as características e os principais desdobramentos que surgem com o desenvolvimento do conceito em si. A terceira seção aponta as principais noções sobre o conceito de instituição, com ênfase na corrente da teoria econômica que ficou conhecida como antigo institucionalismo. São elencados, ainda nesta seção, os elementos constituintes de tal conceito. A quarta seção traz noções sobre a estratégia de diversificação de produtos através da ênfase em aspectos específicos da região de produção, conferindo especial importância ao mecanismo conhecido como indicação geográfica. Ressaltam-se nesta parte do artigo a importância do referido mecanismo e as razões que o fazem uma escolha interessante no arcabouço de tal estratégia. A quinta seção apresenta alguns fatos sobre o território conhecido como Vale dos Vinhedos, no estado do Rio Grande do Sul. A ideia da seção é apresentar um exemplo prático da constituição de um território que, em função da suposta desterritorialização advinda dos impactos da globalização, reterritorializou-se a partir da conquista de uma indicação geográfica. As considerações finais fecham o trabalho mostrando que a hipótese levantada inicialmente foi comprovada e, portanto, o objetivo do trabalho devidamente alcançado.

2 | TERRITÓRIO

À primeira vista, a palavra território nos remete ao campo de estudo da geografia. Não é por outra razão que, ao buscarmos a definição de tal verbete em dicionários de diversas línguas modernas encontraremos, invariavelmente, como primeiras definições as seguintes:

1. Grande extensão de terra; área de município, estado, país etc.; área de uma jurisdição.
2. Land that is owned or controlled by a particular country, ruler or military force.
3. Porción de la superficie terrestre perteneciente a una nación, región, provincia, etc.
4. Étendue de pays qui ressortit à une autorité, à une juridiction quelconque.

Esta tendência pode ser explicada, de acordo com Haesbaert (2006), pelo fato de que a ideia que temos de nós mesmos como um conjunto de indivíduos que vivem em comunidade, circunscritos a determinadas regras ou, em outras palavras, como sociedade, está intimamente ligada à questão do espaço e, em última instância, à noção de territorialização. “Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade,

a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, “territorial” (*idem*, p.20). Na sequência de seu raciocínio, o autor chama a atenção para o fato de que, na definição de Milton Santos, esta concepção seria a de um “território zona”, isto é, uma porção de terra especificamente demarcada, como é a dos Estados nacionais, estes últimos citados nas definições dicionarizadas.

Entrementes, por mais tentador que seja nos atermos a definição geográfica intuitiva, quando analisamos tal questão sob a ótica de outros ramos da Ciência que se debruçam sobre o conceito em tela, precisamos agregar novos elementos para que possamos sair do campo meramente semântico. É neste sentido que Haesbaert (2006, p.37) prossegue sua análise. Diz ele:

(...) a Ciência Política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada à concepção de Estado); a Economia, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas vezes como um fator locacional ou como uma das bases da produção (enquanto “força produtiva”); a Antropologia destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neotribalismo” contemporâneo); a Sociologia o enfoca a partir de sua intervenção nas relações sociais, em sentido amplo, e a Psicologia, finalmente, incorpora-o no debate da construção da subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala do indivíduo.

Quando tomados conjuntamente, os elementos oriundos das diversas ciências acima nominadas permitiram a Haesbaert agrupar as diversas concepções de território em três vertentes básicas, a saber: a vertente política, a vertente cultural e a vertente econômica. Como nosso prisma é o da Ciência Econômica, vale aqui definir tal vertente: é aquela que “ênfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e (...) como produto da divisão ‘territorial’ do trabalho (...)” (HAESBAERT, 2006, p.40).

Em consonância com a ideia apresentada no parágrafo anterior, destacamos a definição de território apresentada por Godelier. Para este autor,

“Designa-se por território uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar” (GODELIER, 1984, *apud* HAESBAERT, 2006, p.56).

Outro autor abordado por Haesbaert é Sack. De acordo com este último, vale lembrar que um local qualquer pode ou não, dependendo do momento, se transformar em território no sentido mais complexo do conceito. De acordo com ele, circunscrever coisas no espaço, ou num mapa, como quando um geógrafo delimita uma área para ilustrar onde ocorre a cultura do milho ou onde está concentrada a indústria, identifica lugares, áreas ou regiões no sentido comum, mas não cria por si mesmo um território. Esta delimitação se torna um território somente quando suas fronteiras são usadas para afetar o comportamento pelo controle de acesso (SACK, 1986, *apud* HAESBAERT, 2006, p.88).

Ainda nos referindo a Sack, outra contribuição importante de sua lavra respeita ao fato de que podem ser encontradas três relações interdependentes quando fazemos a transição do conceito de território para o de territorialidade. Assim ele resume tal discussão: “a territorialidade deve proporcionar uma classificação por área [a exemplo do que conhecemos por território zona], uma forma de comunicação por fronteira [ligada ao direito de propriedade] e uma forma de coação ou controle [sobre o acesso a uma área qualquer ou seus sobre seus recursos produtivos]”, (SACK, *apud* HAESBAERT, 2006, p.89. Grifos nossos).

O corolário da discussão acima apresentada é que o conceito de território se presta a ser empregado em qualquer processo envolva alguma forma de uniformização intra ou extraterritorial. Os habitantes desse local determinado passam a ser todos entendidos como entidades semelhantes, seja por estarem subsumidos a um tipo qualquer de controle, seja por diferenciarem-se daqueles que estão circunscritos a territórios distintos (Haesbaert, 2006).

Por derradeiro, dada sua importância para a discussão que faremos mais adiante, vale destacar mais uma assertiva de Haesbaert (*idem*, p.94), contextualizada na diferenciação que se pode fazer entre domínio e apropriação do espaço:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo (...), uma dimensão simbólica, cultural, através de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de “controle simbólico” sobre o espaço onde vivem (sendo também, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político-disciplinar [e político- econômico, deveríamos acrescentar]: a apropriação e ordenação do espaço como forma de domínio e disciplinarização (*sic*) dos indivíduos (todos os grifos são do autor citado).

Uma vez posta a discussão conceitual sobre território passaremos, na próxima seção, à discussão relativa às instituições, no âmbito da chamada economia institucional.

3 | INSTITUIÇÃO

O termo instituição existe desde o medievo, onde seu estudo inseria-se no campo da lógica terminista. Entre o final do século XIX e o início do século XX, Durkheim o trouxe para o domínio da sociologia e, assim, o conceito de instituição passou a ser definido, algo ambigualmente, ora como um conjunto de normas que regulam a ação social, ora como qualquer atitude suficientemente recorrente num grupo social qualquer (ABBAGNANO, 2003).

Contemporâneo de Durkheim, o economista e também sociólogo Thorstein Veblen, ao lidar com o termo, assim o definiu: “prevalent habits of thought with respect to particular relations and particular functions of the individual and of the community” (VEBLEN, 1899, *apud* HODGSON, 2001, p.153). Percebe-se que:

1. Há similaridade entre as definições de Durkheim e Veblen;

2. Estas definições seminais influenciaram várias outras, independentemente da escola a que se vinculam, conforme se pode ver nos autores destacados no Quadro 1.

Pondé, em seu artigo de 2005, fez o levantamento de várias definições de instituição para, a partir delas, elaborar um conceito próprio. As que nos pareceram mais relevantes constam no Quadro 1.

Conceito de Instituição	Autor
Uma organização social que, mediante a operação de tradições, costumes ou restrições legais, tende a criar padrões de comportamento duráveis e rotineiros.	Hodgson (1988)
Regras sociais formais e informais que podem solucionar vários problemas de interação social.	Knudsen (1993)
Uma regularidade no comportamento que especifica ações em situações particulares recorrentes.	Langlois (1986)
As regras do jogo de uma sociedade ou, de modo mais formal, (...) as restrições arquitetadas pelos homens e que dão forma a sua interação.	North (1991)
Uma regularidade de comportamento ou uma regra que tem aceitação geral pelos membros de um grupo social, que especifica comportamentos em situações específicas, e que se autopolicia ou é policiada por uma autoridade externa.	Rutherford (1994)
Um tipo de infraestrutura que facilita – ou que impede – a coordenação entre as pessoas e a alocação de recursos.	Sjöstrand (1995)
Sistemas ou redes de rotinas que se estabilizam mutuamente.	Vanberg (1993)

Quadro 1. Algumas definições para o conceito “instituição”

Fonte: Elaboração própria a partir de Pondé, 2005, *passim*.

Já com uma perspectiva econômica, Pondé (*idem*, p.126), a partir das definições acima, ofereceu a seguinte explicação para o termo em análise: “instituições econômicas são regularidades de comportamento, social e historicamente construídas, que moldam e ordenam as interações entre indivíduos e grupos de indivíduos, produzindo padrões relativamente estáveis e determinados na operação do sistema econômico”.

A importância das definições ora apresentadas reside no fato de que, a partir delas, já é possível apontar aspectos comuns entre os conceitos de território e instituição. Até o momento, tais similaridades resultam na utilização de termos como indivíduo, grupo social e regras de comportamento. Estes elementos comuns acabariam por conformar o que Conceição (2001, p.27) chamou de matriz da Escola Institucionalista. Segundo ele, “seu núcleo de pensamento relaciona-se aos conceitos de instituições, hábitos, regras e sua evolução, tornando explícito um forte vínculo com as especificidades históricas (...)”. Ademais, quando se enfatiza o termo evolução na assertiva imediatamente anterior, é possível chegar à conclusão de que “a instituição

é resultante de uma situação presente, que molda o futuro, através de um processo seletivo e coercitivo, orientado pela forma como os homens veem as coisas (...)" (*idem*, p. 28).

Para completar a análise ao estilo 360°, é necessário traçar mais algumas observações a partir da retomada das reflexões de Veblen. Na obra "The Place of Science in Modern Civilisation and Other Essays", publicada em 1919, o autor em questão faz algumas considerações sobre a natureza do comportamento dos agentes no contexto econômico. À medida que havia avanços na atividade produtiva, o comportamento dos indivíduos alterava-se de forma concomitante para que eles pudessem se adaptar às novas exigências. Nesse sentido, Veblen destacava que "o processo de adaptação dos meios aos fins, que cumulativamente, modificavam-se enquanto o processo avançava" (VEBLEN, 1919 *apud* Conceição, 2001, p. 29) garantiria que as instituições fossem modificadas de forma a se adequar aos novos imperativos.

Esta ideia de adaptação dos indivíduos e dos grupos sociais às novas regras atinentes às instituições já havia sido delineada na obra "Why is economics not an evolutionary Science? ", publicada em 1899. Nesta obra, de acordo com Conceição (*idem*, p. 29), Veblen enfatizou que "a vida do homem em sociedade, assim como a vida de outras espécies, é uma luta pela existência e, conseqüentemente, é um processo de seleção adaptativa. A evolução da estrutura social tem sido um processo de seleção natural de instituições". Salientamos a importância de tal afirmação porque, como veremos nas seções posteriores deste trabalho, ela poderá ser observada na prática.

Na sequência, tendo sido definido aquilo que se pode entender como uma instituição, partiremos, com tal ideia em mente, para uma rápida análise das chamadas indicações geográficas.

4 | INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E ESTRATÉGIA DE DIFERENCIAÇÃO DE PRODUTOS

Uma vertente importante dos estudos sobre território, brevemente esboçados na segunda seção deste trabalho, diz respeito à influência do propalado fenômeno "globalização" sobre os movimentos de desterritorialização e reterritorialização. Pode-se dizer que a síntese destes dois processos seria uma evolução seletiva de instituições *a la* Veblen. Locais desagregados via impactos específicos da globalização dos mercados tornar-se-iam novos territórios, em um processo de reconstrução de produtos e identidades econômico-culturais com vistas à adaptação às exigências de um mercado mais dinâmico e concorrido.

A necessidade de adaptação de territórios/instituições é fruto do maior acesso à informação e da maior mobilidade de bens, uma vez que o acesso ao mercado se

tornou significativamente mais simples. Paradoxalmente, se, por um lado, o acesso aos produtos foi facilitado, por outro o ato de escolher tornou-se muito mais complexo dada a quantidade de opções que são oferecidas aos consumidores. A dificuldade, entretanto, não está apenas com a demanda. Ela coloca-se, também, no lado da oferta: os produtores precisam, cada vez mais, diferenciar seus produtos para chamar a atenção dos consumidores e, assim, influenciar na decisão de consumir. Daí o impositivo do progresso em relação às instituições.

Instituições novas e/ou reestruturadas surgem como resultado de estratégias de mercado cujo foco é a diferenciação de produtos. Uma forma difundida de diferenciar produtos é ressaltar suas características distintivas em relação aos produtos concorrentes. Dentre as características mais ressaltadas encontram-se aquelas ligadas a técnicas de produção artesanais, aquelas provenientes da utilização de matérias-primas especiais e até as oriundas do espaço geográfico em que os bens são confeccionados. Uma das novas instituições surgida em função dessa estratégia é a diferenciação do produto dada por indicação geográfica.

A indicação geográfica envolve, além de aspectos econômicos, questões culturais e sociais:

The diversity of local products is omnipresent, as reflected by the impressive quantity of drinks, cheeses, meats, oils, pastries, fruits, and vegetables. It is also expressed by their social status and history, as well as in the various production techniques or methods of trade they give rise to, which are subject to great variations. Sometimes the rich foundations of a culture emerge from behind a product. In other cases, the link can be much subtler. Beyond this extreme polymorphism, these products all have a particular relationship with space. Their inscription in a place is related to their historical roots and the collective practices that produce them. In other words, they straddle space and time, and are built on shared knowledge and know-how. (BÉRARD e MARCHENAY, 2006, p.110).

Neste contexto, é mister entender a ideia de indicação geográfica. A diferenciação a que anteriormente aludimos decorre de sinais distintivos que associam produtos de qualidade e reputação com seus locais ou áreas de produção e, a partir daí, auxiliam na identificação e distinção de tais produtos no mercado. Embora a qualidade atribuída ao produto e a reputação por ele granjeada junto aos consumidores sejam ideias que carregam alguma carga de subjetividade, neste contexto elas podem ser entendidas como:

(...) the quality of a product can be defined in relation to its specificity from a nutritional, visual or symbolic point of view, or in relation to its mode of production. Likewise, those characteristics linked to the geographical origin of a product have to be typical, differentiating it from any other product. They can be physical, chemical, organoleptic, natural, resulting from the raw materials used to produce it, etc. The concept of reputation refers to a positive opinion on a certain product, developed among consumers over time, and which is linked to its geographical origin (OriGIn, 2015).

Em teoria, qualquer bem cuja produção possa ser diferenciada em função dos aspectos acima destacados pode pleitear o uso de uma indicação geográfica que, se

consolidada, pode dar origem tanto a um “novo” território quanto à uma nova instituição. Interessante destacar que tal estratégia está em voga no setor agrícola de vários países do mundo, desde membros da União Europeia até países da América do Sul, como é o caso do Brasil.

A estratégia da diferenciação via indicação geográfica tem se tornado relevante para um setor importante da economia brasileira: o setor da produção agrícola. Uma das explicações para isso pode ser a seguinte:

Over the past two decades, agrifood systems have experienced a significant move towards market differentiation and product proliferation in many parts of the world (...). These institutions go beyond the neo-classical model of market pricing and quality signaling through price mechanisms, to instances where institutions that define and enforce quality standards and norms become key to the performance of market mechanisms (BRAMLEY et al. 2010, p. 1).

A adesão à prática de diferenciação por indicação geográfica, independentemente do setor de atuação, também é reforçada por outras três razões:

First, economists note that GI products sell for higher prices than their industrially-produced counterparts, and so help farmers to remain competitive in the face of globalization. Second, because GIs are linked to a particular territory, and because GI protection is collectively owned, GIs are credited with having feedback effects throughout rural economies. Finally, by “short-circuiting” industrial supply chains, GIs are said to better connect producers and consumers, providing information (about the place of production, the people involved in production, and the methods employed) that allow the true environmental and social costs of production to be accounted for (BOWEN e ZAPATA, 2009, p.109).

Um aspecto enfatizado nas definições anteriores de instituição reside na necessidade de elaborar regras de conduta que possam caracterizá-la como tal. Tendo tal fato em mente destaca-se que, no Brasil, o dispositivo legal que regula as indicações geográficas é a Lei 9279/1996, que normatiza os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Nesta lei, o quarto título trata especificamente das indicações geográficas e estatui, no *caput* do artigo 176, que apenas a indicação de procedência ou a denominação de origem constituem elementos de indicação geográfica. Vale observar que as definições para estas duas categorias, de acordo com a lei em tela, encontram-se, respectivamente, nos artigos 177 e 178 onde se lê:

Art. 177. Considera-se indicação de procedência o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou prestação de determinado serviço.

Art. 178. Considera-se denominação de origem o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos.

No parágrafo único da referida norma jurídica é estabelecido pelo legislador

que o órgão responsável pela concessão de tais indicações no território brasileiro é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial, mais conhecido como INPI.

Em vista do que foi até agora apresentado, o objetivo principal deste trabalho foi alcançado: relacionar as noções de território, instituição e indicação geográfica.

5 | TEORIA E PRÁTICA EM CONSONÂNCIA: O CASO DO VALE DOS VINHEDOS

De 1999 até o fim de novembro de 2015, o INPI outorgou 36 indicações de procedência para produtos nacionais. Dentre estas 36 indicações, duas foram obtidas por ramos da indústria vitivinícola brasileira, localizados nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Respectivamente, a indicação de procedência pertinente ao estado de Santa Catarina foi outorgada, em 14 de fevereiro de 2012, à PROGOETHE - Associação dos Produtores da Uva e do Vinho Goethe da Região de Urussanga. O produto portador da indicação é o vinho elaborado a partir das uvas da espécie Goethe.

A segunda indicação é bem mais antiga e é a que nos interessa mais de perto. A APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos foi criada, em 19 de novembro de 2002, com a outorga da indicação de procedência. Localizada no estado do Rio Grande do Sul, o território conhecido como vale dos vinhedos produz vinhos tinto, branco e espumantes. Atualmente, segundo dados retirados do site da entidade, a APROVALE conta com 26 vinícolas associadas, sendo a mais conhecida a Vinícola Miolo, e 43 empreendimentos de apoio ao turismo, tais como hotéis, pousadas, restaurantes, artesanatos, queijarias, ateliês de artesanato e antiguidades, dentre outros.

Percebe-se que, pela quantidade de produtos artesanais, a outorga da indicação possibilitou aos produtores diferenciarem seus produtos, de acordo com o que foi exposto na quarta seção deste trabalho. A entidade, em si, teve sua fundação no dia 21 de fevereiro de 1995 e, desde então, tem como objetivos promover o desenvolvimento sustentável do Vale dos Vinhedos via enoturismo, integrar associados e comunidade, e fomentar a busca da excelência em produtos e serviços diversos.

Também é função da APROVALE controlar os produtos protegidos pela Indicação Geográfica do Vale dos Vinhedos e a sua gestão. Aliado a isto, a entidade recolhe e disponibiliza aos interessados informações sobre o território e sobre as atividades turísticas, além de oferecer apoio para a realização de pesquisas de cunho acadêmico ou científico.

Todas essas atividades ocorrem, de acordo com informações retiradas do site do INPI, em um território que possui área total de 81.123 Km², distribuída na sua maior parte no município de Bento Gonçalves, mas também nos municípios de Garibaldi e Monte Belo do Sul. Considerando-se as coordenadas extremas, o Vale dos Vinhedos possui a forma aproximada de um triângulo isósceles, cujos vértices localizam-se a nordeste da cidade de Bento Gonçalves, a leste da cidade de Monte Belo do Sul e ao

norte da cidade de Garibaldi.

Segundo dados de Ortega e Jeziorny (2011) este território é ocupado por cerca de 400 famílias que lá se instalaram desde o início da colonização italiana por volta de 1875. Ainda segundo estes mesmos autores,

a construção do território do Vale dos Vinhedos foi concretizada com base na cooperação e na reciprocidade, pois essa foi a maneira que os colonos encontraram para construir suas vidas em meio ao ambiente selvagem e hostil com o qual se depararam quando lá chegaram. A construção de estradas, escolas, postos de saúde etc. aconteceu com base na conjugação de esforços da comunidade. Essa cooperação, de certo modo, persistiu no tempo, virando uma instituição local, fortemente ativa nas decisões daquela e na sua modalidade de organização (*idem*, p.116).

Na sequência, os mesmos autores defendem que a APROVALE se tornou uma instituição que acabou funcionando como um elemento facilitador na implantação de estratégias de caráter coletivo, sendo a principal delas a obtenção da outorga pelo INPI de uma indicação geográfica. Eles concluem, ainda, que tal indicação resulta de “uma ação coordenada entre atores locais que se valem de sua experiência na adoção de ações associativas” (ORTEGA e JEZIORNY, 2011, p.125).

Do exposto é possível concluir que o Vale dos Vinhedos representa um caso empírico que se enquadra no conceito de território, bem como consubstancia dois exemplos de instituição, cada uma a seu modo:

1. A instituição APROVALE, com suas regras de pertença e normas de produção específicas para a manutenção do *terroir* dos vinhos produzidos no Vale;
2. A indicação geográfica também como uma instituição no sentido do que foi colocado por Pondé (2005) e que, ao ser referendada pelo mercado consumidor, atua não somente como estratégia, mas também como um elemento capaz de reterritorializar um espaço definido a partir da produção de bens diferenciados.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apenas como elemento de reafirmação, apresentamos uma última definição para instituição, qual seja: “Instituições consistem em estruturas e atividades cognitivas, normativas e reguladoras que proporcionam estabilidade e sentido ao comportamento social. As instituições são transportadas por vários portadores – culturas, estruturas e rotinas – e estes operam em níveis múltiplos de jurisdição” (SCOTT, 1995, *apud* PONDÉ, 2005, p.131). Tomando como fio condutor alguns dos elementos colocados acima, é possível percebermos que:

1. A APROVALE, aqui representando uma instituição no sentido concreto posto apresentar uma estrutura de normas e regulamentações, confere estabilidade às diversas atividades produtivas realizadas no espaço específico do Vale dos Vinhedos, cujas rotinas funcionam como mantenedoras e reforçadoras da jurisdição circunscrita pela indicação geográfica a ela

outorgada.

2. A indicação geográfica é uma instituição que, embora abstrata, tem efeitos concretos em termos da diferenciação mercadológica de produtos. Neste caso, a instituição consubstancia-se pelo elemento cultural capaz de intervir na escolha dos agentes sobre um determinado produto. Reconhecer que um produto é diferenciado pelo seu *terroir* nada mais é do que o acionamento de uma determinada estrutura cognitiva relacionada ao sistema de recompensas do indivíduo.
3. Conforme destacado na segunda seção deste trabalho, Haesbaert (2006) defende que o território apresenta as dimensões simbólica, cultural e de identidade territorial que acabam por garantir a sua apropriação e ordenação espacial. Como tais dimensões somente podem se concretizar a partir da ação de indivíduos ou grupos de indivíduos que atuam circunscritos por determinadas normas ou hábitos culturais, encontramos os elos de ligação entre os três conceitos explorados ao longo do artigo.

À guisa de conclusão, vale ressaltar que os conceitos destacados estão realmente inter-relacionados e, de certa forma, quando funcionam concomitantemente acabam por reforçar-se mutuamente.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2003. 1014p.

APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos. Disponível em: <http://www.valedosvinhedos.com.br/vale/conteudo.php?view=44&idpai=120>. Acesso em: 12 dez. 2015.

BÉRARD, Laurence, MARCHENAY, Philippe. Local products and geographical indications: taking account of local knowledge and biodiversity. In: **International Social Science Journal. Cultural Diversity and Biodiversity**, nº 187, 2006, pp. 109-119.

BOWEN, Sarah, VALENZUELA ZAPATA, Ana. Geographical indications, terroir, and socioeconomic and ecological sustainability: The case of tequila. In: **Journal of Rural Studies** 25 (2009), pp 108-119.

BRAMLEY, C., BIÉNABE, E., KIRSTEN, J. The economics of geographical indications: towards a conceptual framework for geographical indication research in developing countries. **The Economics of Intellectual Property Series**, nº 109. World Intellectual Property Organization (WIPO), 2010. Disponível em: <http://www.wipo.int/export/sites/www/ip-development/en/economics/pdf/wo_1012_e_ch_4.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.279 de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 de maio de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm>. Acesso em: 10 dez. 2015.

CONCEIÇÃO, Octavio Augusto C. Os antigos, os novos e os neo-intitucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista? In **Análise Econômica**, vol. 19, número 36, pp. 25-45, 2001.

COSTA, Rogério Haesbaert. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HODGSON, Geoffrey M. **How economics forgot history** – the problem of historical specificity in social science. London: Routledge, 2001.

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL (A). Indicações geográficas reconhecidas. Disponível em: <[http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao geografica/arquivos/listacomasindicaesdeprocednciaconcedidas24112015%20\(2\).pdf](http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao geografica/arquivos/listacomasindicaesdeprocednciaconcedidas24112015%20(2).pdf)>. Acesso em: 11 dez. 2015.

ORGANIZATION FOR AN INTERNATIONAL GEOGRAPHICAL INDICATIONS

NETWORK (oriGIn). **Key-concepts of GI**. Disponível em: <<http://www.origin-gi.com/your-gi-kit/key-concepts-of-gis.html>>. Acesso em: 04 dez. 2015.

ORTEGA, Antonio César; JEZIORNY, Daniel Lemos. **Vinho e Território**: a experiência do Vale dos Vinhedos. Campinas: Alínea, 2011.

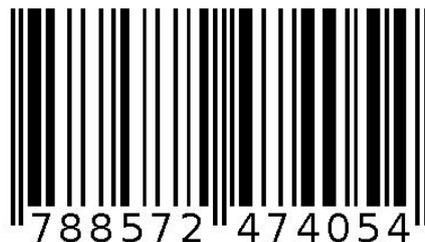
PONDÉ, João Luiz. Instituições e mudança institucional: uma abordagem Schumpeteriana. In **Revista Economia**, vol. 6, número 1, pp. 119-160, jan./jul. 2005.

SOBRE A ORGANIZADORA

JAQUELINE FONSECA RODRIGUES – Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Especialista em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, PPGEP/UTFPR; Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG; Professora Universitária em Cursos de Graduação e Pós-Graduação, atuando na área há 15 anos; Professora Formadora de Cursos de Administração e Gestão Pública na Graduação e Pós-Graduação na modalidade EAD; Professora-autora do livro “Planejamento e Gestão Estratégica” - IFPR - e-tec – 2013 e do livro “Gestão de Cadeias de Valor (SCM)” - IFPR - e-tec – 2017; Organizadora dos Livros: “Elementos da Economia - 1”; “Conhecimento na Regulação no Brasil” e “Elementos da Economia - 2” - Editora Atena – 2018 e 2019 e Perita Judicial na Justiça Estadual na cidade de Ponta Grossa – Pr.

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-405-4



9 788572 474054